

Relatório de Participação no Evento ICANN 85 - Mumbai

Rodolfo da Silva Avelino

Dia 08 - 13 de março

Visão Geral do Evento

Foi minha primeira participação em uma edição Community da ICANN, que se diferencia das demais reuniões por ser mais voltada à integração entre os diversos grupos que compõem o ecossistema da governança da Internet (governo, setor privado, sociedade civil, academia e comunidade técnica). Esse formato favorece um ambiente de troca de experiências e o fortalecimento dos vínculos entre as pessoas da comunidade. As edições Community é uma oportunidade de entender na prática como a ICANN funciona, conhecer quem está por trás das decisões e perceber como os diferentes grupos se articulam no dia a dia.

Na ICANN85, esse contexto ganhou contornos particulares devido às tensões na região do Oriente Médio. O clima geral da reunião refletia essa situação, com algumas ausências e ajustes logísticos. A maior parte da comitiva brasileira, por exemplo, não pôde comparecer, já que seus itinerários previam conexões em países diretamente envolvidos no conflito. Isso acabou impactando a dinâmica dos encontros com menor presença de alguns atores.

Relato das principais sessões acompanhadas

Na atividade conheça a comunidade ICANN, foram apresentados os papéis da CSG, BC e GAC dentro do ecossistema de governança da Internet, com foco em como diferentes setores (governo, setor privado e sociedade civil) interagem na formulação de políticas de nomes de domínio. Um ponto relevante foi a abertura para maior participação de novos atores, incluindo academia e iniciativas de impacto social, destacando que pesquisadores podem contribuir especialmente em temas como segurança do DNS, confiança digital e análise de riscos emergentes. A sessão reforçou que o conhecimento técnico e crítico

vindo do meio acadêmico ajuda a qualificar o debate regulatório e a antecipar desafios futuros.

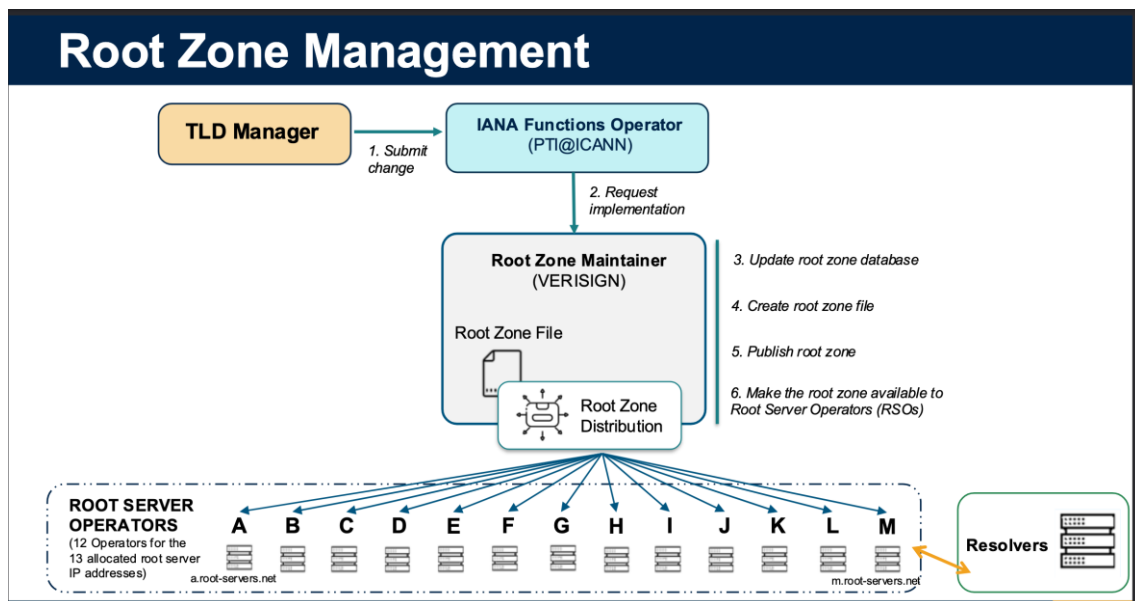
Também houve menções indiretas à evolução tecnológica, incluindo a necessidade de adaptar políticas para novas aplicações digitais, como o uso de domínios por agentes de IA e sistemas automatizados. A discussão indicou que esses agentes poderão demandar formas específicas de autenticação e governança, o que conecta o tema da próxima rodada de gTLDs com o avanço da inteligência artificial. Nesse contexto, a participação da academia aparece como estratégica para estudar impactos, propor padrões e avaliar riscos éticos e de segurança associados ao uso de domínios por agentes autônomos.

No Gac Operations Discussion, durante as intervenções, o representante de Moçambique, Lourino, destacou sua preocupação com os desafios crescentes de segurança cibernética, especialmente na interseção entre DNS e Inteligência Artificial. Ele sugeriu que o tema fosse incorporado de forma mais estruturada às discussões, reconhecendo que o avanço da IA traz novos riscos e exige atualização constante das abordagens de governança e proteção da infraestrutura da Internet.

A representante da Argentina levantou questionamentos sobre mecanismos de apoio e financiamento para possibilitar a participação de ministros e autoridades de outros países, enfatizando a importância de ampliar o engajamento governamental em nível estratégico. Já a Líbia manifestou preocupação com a estabilidade da Internet, especialmente diante de cenários de instabilidade e possíveis impactos sobre a infraestrutura e a continuidade dos serviços digitais, reforçando a centralidade do tema na agenda do GAC.

Fechando o primeiro dia, as discussões reforçaram a centralidade da segurança e da estabilidade do DNS para a governança global da Internet. Foram abordados aspectos técnicos fundamentais, como boas práticas de proteção da infraestrutura, a importância da implementação de DNSSEC, protocolos de criptografia como DoT e DoH, e a necessidade de atualização e sincronização adequada dos registros e servidores, evidenciando que a

resiliência do sistema depende tanto de decisões políticas quanto de cuidados operacionais contínuos.



O debate também destacou a responsabilidade dos administradores de zonas e gestores de TLDs na manutenção da integridade do sistema, incluindo a submissão de alterações à IANA e a gestão adequada de parâmetros como TTL, buscando equilíbrio entre desempenho e propagação de atualizações. O encerramento do dia deixou clara a interdependência entre técnica e política dentro da ICANN, especialmente diante de um cenário de ameaças crescentes e transformações tecnológicas.

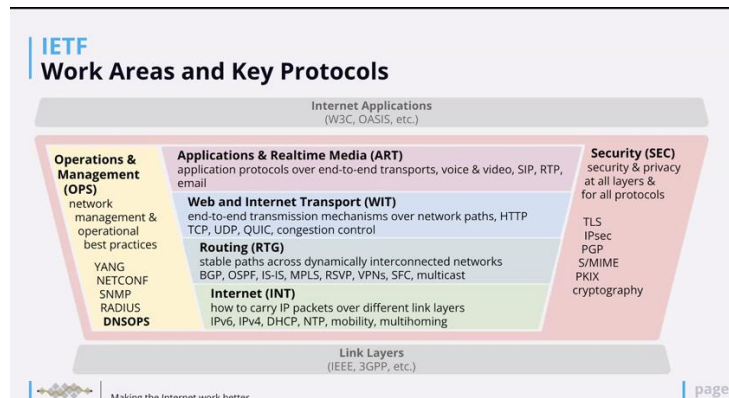
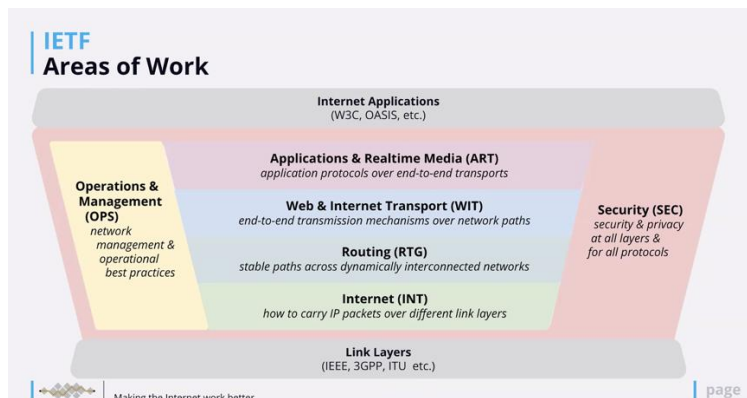
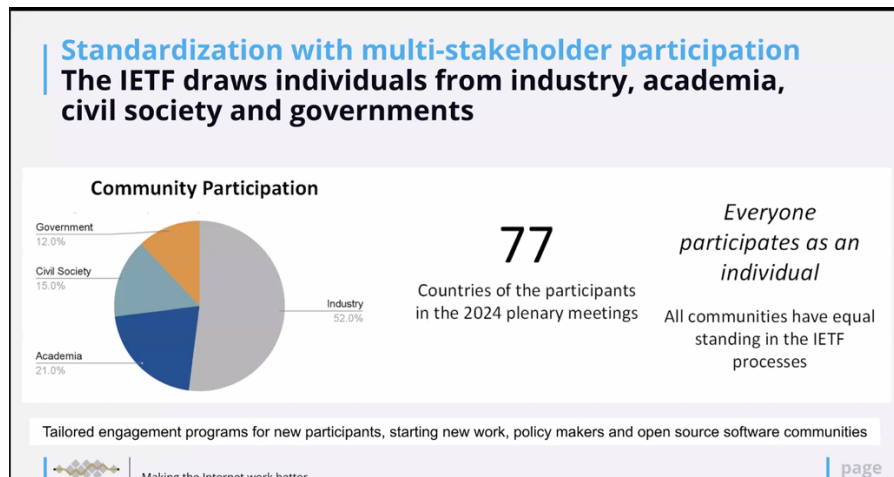
No segundo dia, acompanhei a sessão Building Internet Resilience Amid Systemic Complexity and Interdependencies. A sessão destaca que a resiliência da Internet depende cada vez mais de sistemas interconectados e complexos, como energia elétrica, cadeias de suprimentos de software e infraestruturas globais, tornando-a vulnerável a falhas em cascata; embora protocolos centrais como DNS e BGP sejam robustos, a crescente dependência de serviços externos, APIs e softwares de terceiros amplia riscos, especialmente quando há falta de visibilidade sobre essas dependências e limitações de investimento em prevenção. Além disso, a interdependência entre setores (como energia e telecomunicações) pode gerar colapsos simultâneos, afetando diretamente serviços essenciais e a vida das pessoas, sobretudo em regiões mais

vulneráveis. Nesse contexto, os especialistas defendem que a resiliência deve ser tratada como princípio fundamental, com maior investimento em prevenção, mapeamento de riscos, diversificação de infraestrutura e fortalecimento de capacidades locais, enquanto a comunidade ligada ao ICANN pode contribuir promovendo boas práticas e garantindo a estabilidade dos sistemas de identificação da Internet.

Na sessão Reflections and Lessons from the WSIS+20 Review Process: Multi-Stakeholder Engagement and Future Directions, foi destacado que o processo de revisão evidenciou a importância da colaboração multissetorial na governança da Internet, reunindo governos, comunidade técnica, sociedade civil e setor privado em um esforço conjunto. Observou-se que o engajamento ativo, a troca de informações e a construção de mensagens coordenadas foram fundamentais para alcançar resultados positivos, assim como a necessidade de adaptar estratégias e discursos ao contexto atual. Apesar dos avanços em termos de inclusão, transparência e fortalecimento do modelo multissetorial, ficou evidente que o consenso alcançado é frágil e depende de continuidade, implementação efetiva e participação constante. Também foram apontados desafios relevantes, como a ampliação da participação do Sul Global, o fortalecimento de capacidades locais, a aproximação entre processos técnicos e governamentais e a necessidade de transformar decisões em ações concretas. Por fim, ressaltou-se que esse processo é contínuo e exige uma abordagem estratégica, proativa e colaborativa para garantir uma governança da Internet mais inclusiva, estável e eficaz no futuro.

Na sessão a seguir foi muito interessante para pegar pontos específicos sobre o funcionamento do IETF e sua relação com a governança da Internet, destacando como os padrões globais são desenvolvidos de forma aberta e colaborativa. Foi possível compreender que o IETF atua principalmente na criação de protocolos técnicos que permitem a interoperabilidade da Internet, utilizando um modelo baseado em participação individual, consenso aproximado (“rough consensus”) e transparência total dos processos. A sessão também evidenciou a importância da comunidade, onde qualquer pessoa pode contribuir por meio de listas abertas e discussões técnicas, além da relevância de

mecanismos como os RFCs e os Internet drafts no desenvolvimento de padrões. Outro ponto importante foi a interação entre o IETF e outras organizações como a ICANN, mostrando como diferentes atores desempenham papéis complementares no ecossistema da Internet. Por fim, ficou claro que, apesar de não desenvolver diretamente softwares, o IETF influencia fortemente a implementação tecnológica global, sendo essencial para a evolução, segurança e padronização da Internet.



Na sessão a seguir foi muito interessante para pegar pontos específicos sobre o funcionamento dos Registros Regionais da Internet (RIRs) e a gestão dos recursos numéricos da Internet, destacando como os endereços IP e números de sistemas autônomos são essenciais para o funcionamento global da rede. Foi possível compreender que a Internet depende de um sistema baseado na unicidade dos endereços IP, garantindo que cada dispositivo conectado possa ser identificado corretamente e evitando conflitos no envio de dados. A sessão também explicou a evolução histórica desse modelo, desde a gestão inicial centralizada até a criação dos RIRs, que hoje operam de forma distribuída, comunitária e sem fins lucrativos. Outro ponto importante foi o papel dessas organizações na distribuição de recursos, manutenção de bases de dados como o WHOIS, promoção da segurança por meio de ferramentas como o RPKI e incentivo à adoção do IPv6 diante da escassez do IPv4. Além disso, ficou claro que as políticas são desenvolvidas de forma aberta e colaborativa pela comunidade, incluindo diferentes atores, e que existe coordenação global por meio da NRO e da ICANN, reforçando o modelo multissetorial na governança da Internet.

De forma geral, a participação na ICANN 85 permitiu uma compreensão mais ampla e integrada de como a governança da Internet funciona na prática, evidenciando a forte interdependência entre aspectos técnicos, políticos e sociais. As sessões acompanhadas mostraram que a estabilidade e a evolução da Internet dependem não apenas de protocolos e infraestruturas robustas, mas também de processos colaborativos, transparência e engajamento contínuo entre diferentes atores. Ficou claro que desafios atuais — como segurança, resiliência, expansão da conectividade, impactos da inteligência artificial e desigualdades globais — exigem abordagens cada vez mais coordenadas e multidisciplinares. Nesse sentido, a experiência reforçou a importância da participação ativa da comunidade, especialmente da academia e de novos atores, para contribuir com análises críticas, desenvolvimento de soluções e fortalecimento de um modelo de governança multissetorial mais inclusivo, adaptável e preparado para os desafios futuros da Internet.